

1999 — Técnico superior IV do quadro do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC).

1996 a 2002 — Assessor Administrativo do Gabinete do Primeiro-Ministro dos XIII e XIV Governos Constitucionais, designado para substituir o Chefe de Gabinete nas suas faltas e ausências.

1993 a 1996 — Requisitado no Instituto Nacional de Formação Turística (INFT), afeto à Direção.

1992 a 1993 — Presidente do Conselho Fiscal da Empresa Rodoviária do Tejo, S. A. (Grupo RNIP).

1992 — Representante do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações na Comissão Permanente de Certificação Profissional.

1991 — Delegado da Direção Geral da Aviação Civil (DGAC) no *Finance Advisory Board* das *Joint Aviation Authorities (FAB/JAA)*, com sede em Amesterdão.

1989 — Assessor principal do quadro da Direção Geral da Aviação Civil (DGAC).

1985 a 1992 — Subdiretor-Geral da Direção Geral da Aviação Civil (DGAC).

1984 a 1986 — Vogal da Comissão Regional de Turismo de Setúbal/Costa Azul.

1983 a 1985 — Adjunto do Secretário de Estado dos Transportes do IX Governo Constitucional.

1983 — Técnico superior principal do quadro da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), afeto à Assessoria Jurídica.

1980 a 1983 — Secretário do Conselho Universitário da Universidade Técnica de Lisboa (UTL).

1980 — Técnico superior de 1.ª classe do quadro da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), afeto à Assessoria Jurídica.

1978 — Técnico superior, contratado, da Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa (UTL), afeto à Assessoria Jurídica.

1978 — Adjunto do Ministro da Educação e Cultura do II Governo Constitucional.

1976 a 1978 — Adjunto do Ministro da Educação e Investigação Científica do I Governo Constitucional.

2 — Formação profissional:

1986 — Curso de Gestão Orçamental Pública — INA.

1986 — Curso de Direção Moderna: Fundamentos e Técnicas — DGEFAP.

1982 — Bolseiro da Conferência Permanente dos Reitores Europeus (CRE), em Genebra.

1980 e 1981 — Bolseiro e estagiário do Conselho da Europa, em Estrasburgo.

3 — Trabalhos publicados:

1984 — Coletânea de Legislação Universitária, anotada (Imprensa Nacional).

4 — Públicos Louvores:

2011 — Louvor do Primeiro-Ministro do XVIII Governo Constitucional.

2005 — Louvor do Primeiro-Ministro do XIV Governo Constitucional.

1992 — Louvor do Secretário de Estado dos Transportes do IX Governo Constitucional.

1978 — Louvor do Ministro da Educação e Cultura do II Governo Constitucional.

Dezembro de 2015.

209254878

Despacho n.º 501/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, designo como Adjunta do meu gabinete a licenciada Raquel Sanchez Rosa de Albuquerque d'Orey, Técnica Superior do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 30 de novembro de 2015.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de

20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Dados Biográficos

Nome: Raquel Sanchez Rosa de Albuquerque d'Orey

Data e local de nascimento: 22/10/1973, Lisboa

Habilitações e atividade académica

Pós-Graduação em Estudos Europeus, Universidade Católica Portuguesa (2002/2003).

Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (1996/1997).

Percurso Profissional

Jurista no Departamento de Assuntos Jurídicos, Ministério dos Negócios Estrangeiros (desde 01.04.2014): designada para representar o Ministério em juízo, nos processos de contencioso administrativo; incumbida da elaboração de pareceres e estudos de natureza jurídica interna, *maxime* Direito Administrativo, e da preparação de projetos de diploma. Nomeada Conselheira Suplente do Ministério para a Igualdade.

Diretora de Serviços dos Assuntos Europeus, Ministério da Administração Interna (de 01.06.2007 a 31.03.2014):

Responsável pelo estabelecimento e organização da Direção de Serviços; preparação da participação dos membros do governo no Conselho Justiça e Assuntos Internos da UE e em outras reuniões ministeriais; coordenação e participação do MAI em 24 Comitês/Grupos do Conselho da UE, em Redes e Agências Europeias, e em Comitês da Comissão Europeia; coordenação da transposição das Diretivas da UE; Relações Bilaterais com Estados-membros da UE, de Schengen/EEE e países com perspetiva UE; preparação e realização da 2.ª Avaliação Schengen a Portugal; e negociação das Perspetivas financeiras UE 2015-2020, na área Assuntos Internos;

Integração no núcleo de definição e exercício da presidência portuguesa do Conselho da UE (2.º semestre de 2007);

Delegada nacional a grupos de trabalho do Conselho da UE: Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo; Grupo de Alto Nível Asilo e Migração, Comité Estratégico da Cooperação Judiciária e Policial; e *Task Force* Mediterrâneo Migrações.

Técnica Superior no Gabinete de Assuntos Europeus, Ministério da Administração Interna (de 01.06.2005 a 01.06.2007).

Técnica Superior na Direção de Serviços Justiça e Assuntos Internos, Direção-Geral dos Assuntos Comunitários, Ministério dos Negócios Estrangeiros (de 01.11.2001 a 01.06.2005).

Assessora Técnica da Comissão do Código do Consumidor; representante da Presidência do Conselho de Ministros no Conselho de Administração do CIMASA e do CASA; e assessora da Vice-Presidente do Instituto do Consumidor (de 01.11.2000 a 30.10.2001).

Equiparada a Técnica Superior na Direção-Geral dos Assuntos Comunitários, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da UE (de 15.11.1999 a 31.07.2000).

Advogada-Estagiária na Sociedade Jardim, Sampaio, Caldas & Associados, sob o patrocínio do Dr. Júlio de Castro Caldas (de 10.10.1997 a 01.11.1999).

Público Louvor n.º 315/2011 do Ministro da Administração Interna, a 06/05/2011, pelos serviços prestados na 2.ª Avaliação Schengen a Portugal; e Público Louvor n.º 1613/2009 da Diretora-Geral da Administração Interna, a 16/12/2009, pelos serviços prestados na Presidência portuguesa do Conselho da UE.

209254934

Despacho n.º 502/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, designo para exercer funções de Secretária Pessoal do meu gabinete Eunice Jemina de Gouveia Serra Morais, especialista da Infraestruturas de Portugal, S. A.

2 — Os encargos com a remuneração da designada são suportados pelo serviço de origem, mediante acordo deste, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei

n.º 12/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 26 de novembro de 2015.

5 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Eunice Jemina de Gouveia Serra Morais, 41 anos, a frequentar o 1.º ano do Curso de Ciências Sociais na Universidade Aberta.

De outubro de 1994 a agosto 1996 — Secretária de Direção na Fundação José Fontana.

De setembro de 1996 a setembro de 1998 — Secretária Pessoal do Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, no XIII Governo Constitucional.

De outubro de 1998 a abril de 2002 — Secretária Pessoal do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no XIV Governo Constitucional.

De maio de 2002 a agosto de 2004 — Responsável pela divulgação e promoção do Programa Operacional AGRO.

De março de 2005 a setembro de 2009 — Secretária Pessoal da Secretária de Estado dos Transportes, no XVII Governo Constitucional.

De outubro de 2009 a junho de 2011 — Secretária Pessoal do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, no XVIII Governo Constitucional.

De junho de 2011 a julho de 2012 — Secretária do Presidente do Conselho de Administração da REFER.

De agosto de 2012 a maio de 2015 — Secretária de Direção na REFER.

Desde junho de 2015 — Secretária de Direção na IP Infraestruturas de Portugal.

209254918

Despacho n.º 503/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnico Especialista o licenciado Mário Jorge Valente São Vicente, diretor de comunicação comercial do Millennium BCP, do Banco Comercial Português, Sociedade Aberta.

2 — O designado desempenhará funções de planeamento estratégico da comunicação institucional do Gabinete do Primeiro-Ministro.

3 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 11 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o designado opta pelo estatuto remuneratório de origem, com observância do limite legalmente previsto.

4 — O designado fica autorizado a exercer a atividade de gerente da sociedade comercial Pinto Azul, Unipessoal, L.ª, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro.

5 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

6 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 21 de dezembro de 2015.

7 — Para a presente designação foi obtida a concordância a que se refere o n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 21 de dezembro de 2015.

8 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Mário Jorge Valente São Vicente, nascido em 1973, em Lisboa, licenciado em Comunicação Empresarial em 1996 pelo Instituto Superior de

Comunicação Empresarial é Especialista em Planeamento Estratégico de comunicação com grande experiência na gestão de equipas em comunicação, publicidade e jornalismo. Tem um conhecimento alargado das lógicas de interação das diferentes disciplinas comunicacionais, Relação com os Media, Gestão de Marca, Social Media, Publicidade, Planeamento e Compra de Espaço Publicitário e Gestão de Grandes Eventos, quer em contexto de empresas portuguesas, quer na gestão de grandes marcas multinacionais.

209254715

Despacho n.º 504/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, designo como Chefe do meu Gabinete a licenciada Rita Faden da Silva Moreira Araújo, Técnica Superior do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 26 de novembro de 2015.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

22 de dezembro de 2015. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Nome: Rita Faden da Silva Moreira Araújo;

Habilitações Académicas: licenciada em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa; pós-graduada em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa;

Experiência Profissional:

Em setembro de 2013, Diretora do Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em outubro de 2011, Subdiretora-geral dos Assuntos Europeus na Direção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Em 2010, Vogal do Conselho Diretivo do INPI/Instituto Nacional de Propriedade Industrial/Ministério da Justiça;

Em 2009, Diretora-Geral da Política da Justiça/Ministério da Justiça;

Em 2007, Diretora-Geral da Direção-Geral de Administração Interna/Ministério da Administração Interna;

Em 2004, Diretora do Gabinete de Assuntos Europeus (GAE) do Ministério da Administração Interna;

Em dezembro de 1999, Diretora dos Serviços das Questões da Justiça e Assuntos Internos da Direção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos negócios Estrangeiros;

Em 1999, Chefe de Divisão da Direção de Serviços do Mercado Interno da Direção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Em 1997, Diretora de Área no Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares/Ministério da Defesa

Em 1996, Adjunta do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus a exercer funções no Gabinete do Coordenador Nacional para os Assuntos da Livre Circulação de Pessoas no Espaço Europeu;

Em 1991, Técnica Superior na Direção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

Advogada, com inscrição suspensa na Ordem dos Advogados

209254772

Despacho n.º 505/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012 de 20 de janeiro, designo como Assessor do meu Gabinete o Doutor Vítor Manuel Álvares Escária, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão.

2 — O designado fica autorizado a exercer as atividades previstas nas alíneas *a*) e *b*) do n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.